



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Arquivologia

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

O caldo cultural do Nordeste, particularmente do sertão, foi primordial na formação do paraibano Ariano Suassuna. A infância passada no sertão familiarizou o futuro escritor e dramaturgo com temas e formas de expressão artística que mais tarde viriam a influenciar o seu universo ficcional, como a literatura de cordel e o maracatu rural. Não só histórias e casos narrados foram aproveitados para o processo de criação de suas peças e romances, mas também todas as formas da narrativa oral e da poesia sertaneja foram assimiladas e reelaboradas por Suassuna. Suas obras se caracterizam justamente por isso, pelo domínio dos ritmos da poética popular nordestina.

Com apenas 19 anos, Suassuna ligou-se a um grupo de jovens escritores e artistas. As atividades que o grupo desenvolveu apontavam para três direções: levar o teatro ao povo por meio de apresentações em praças públicas, instaurar entre os componentes do conjunto uma problemática teatral e estimular a criação de uma literatura dramática de raízes fincadas na realidade brasileira, particularmente na nordestina.

No final do século XIX, surgiu no Nordeste a chamada literatura de cordel. A primeira publicação de folheto no Nordeste, historicamente comprovada, aconteceu em 1870.

O nome cordel originou-se do fato de os folhetos serem expostos em cordões, quando vendidos nas feiras livres. O principal nome do cordel foi Leandro Gomes de Barros, considerado por Ariano Suassuna "o mais genial de todos os poetas do romanceiro popular do Nordeste".

A peça Auto da Compadecida, de Suassuna, é uma releitura do folclore nordestino em linguagem teatral moderna. O enredo da peça é um trabalho de montagem e moldagem baseado em uma tradição muito antiga, que remonta aos autos medievais e mais diretamente a inúmeros autores populares que se dedicaram ao gênero do cordel.

As apropriações de Suassuna tanto do folheto nordestino quanto de outras fontes literárias são possíveis porque a palavra imitação, usada por Suassuna, remete-nos ao conceito aristotélico de mimesis, cujo significado não representa apenas uma repetição à semelhança de algo, uma cópia, mas a representação de uma realidade. Suassuna já fez diversos elogios da imitação como ato de criação e costuma dizer que boa parte da obra de Shakespeare vem da recriação de histórias mais antigas.

Recontar uma história alheia, para o cordelista e para o dramaturgo popular, é torná-la sua, porque existe na cultura popular a noção de que a história, uma vez contada, torna-se patrimônio universal e transfere-se para o domínio público. Autoral é apenas a forma textual dada à história por cada um que a reescreve.

(Adaptado de FOLCH, Luiza. Disponível em: www.omarrare.uerj.br/numero15. Acesso em 17/05/2014)

1. Depreende-se do contexto que o autor lança mão do conceito de "mimesis" para
 - (A) explicitar que, em sua obra, Suassuna se apropria da literatura sertaneja, reelaborando-a com um estilo próprio.
 - (B) enaltecer a erudição de autores como Suassuna, capazes de revelar a essência de uma realidade por meio da literatura de cordel.
 - (C) diferenciar o plágio do processo por meio do qual se parte de uma forma artística já existente para parodiá-la, como fez Shakespeare.
 - (D) sugerir que Suassuna valoriza autores do romanceiro nacional que, diferentemente de Shakespeare, foram consagrados pelo gosto popular.
 - (E) retratar a obra de Suassuna como pertencente a um modelo literário propenso a ser reproduzido em simulacros do folclore nacional.
2. Considerado o contexto, há relação de causa e efeito, nessa ordem, entre
 - (A) o elogio de Suassuna à imitação como ato de criação / a intenção de Suassuna de levar o teatro ao povo por meio de apresentações em praças públicas.
 - (B) a disseminação do nome literatura de "cordel" / o fato de folhetos literários serem expostos em cordões nas feiras livres.
 - (C) a ligação de Ariano Suassuna a um grupo de jovens escritores e artistas aos 19 anos / a influência do maracatu rural na peça Auto da Compadecida.
 - (D) a noção existente na cultura popular de que uma história é um patrimônio universal / a originalidade conferida por cada autor a sua história.
 - (E) a infância passada no sertão / a influência da literatura de cordel no estilo do escritor Ariano Suassuna.
3. Uma redação alternativa para um segmento do texto em que se respeitam as normas de concordância encontra-se em:
 - (A) Tanto histórias e casos narrados, como a narrativa oral e a poesia, tratam-se de processos de criação que Ariano Suassuna usa em seus romances.
 - (B) A recriação de histórias mais antigas configuram-se como a base de boa parte da obra de Shakespeare.
 - (C) Cada um que reescreve uma história alheia atribui-lhe uma forma textual que pode ser considerada autoral.
 - (D) Embora devam haver histórias anteriores, a primeira publicação de que se tem comprovação de um folheto de cordel aconteceu em 1870, no Nordeste.
 - (E) O fato de os folhetos serem expostos em cordões, quando vendidos nas feiras livres, deram origem ao nome "cordel".



4. Considere o que se afirma abaixo sobre a pontuação do texto.

I. Sem prejuízo do sentido original, uma vírgula pode ser colocada imediatamente após “atividades” no segmento *As atividades que o grupo desenvolveu apontavam para três direções...* (2º parágrafo)

II. No segmento *Suas obras se caracterizam justamente por isso, pelo domínio dos ritmos da poética popular nordestina*, a vírgula colocada imediatamente após “isso” pode ser corretamente substituída por dois-pontos, uma vez que a ela se segue uma explicação. (1º parágrafo)

III. Sem prejuízo para a correção gramatical, uma vírgula pode ser colocada imediatamente após “sertão”, no segmento *A infância passada no sertão familiarizou o futuro escritor e dramaturgo com os temas e formas de expressão artística...* (1º parágrafo)

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.
 (B) II e III.
 (C) II.
 (D) I e II.
 (E) I e III.

5. *Recontar uma história alheia, para o cordelista e para o dramaturgo popular, é torná-la sua, porque existe na cultura popular a noção de que...* (7º parágrafo)

Sem prejuízo da correção e do sentido original, e sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o elemento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por

(A) ainda que.
 (B) conquanto.
 (C) à medida que.
 (D) se bem que.
 (E) na medida em que.

6. O estímulo criação de uma literatura dramática raízes estivessem fincadas na realidade brasileira, particularmente na nordestina, era um dos objetivos do grupo Ariano Suassuna se juntou.

Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas I, II e III da frase acima:

(A) à – em que – por que
 (B) a – as quais – no que
 (C) a – das quais – com o qual
 (D) à – cujas – ao qual
 (E) à – nas quais – em que

7. *A infância passada no sertão familiarizou o futuro escritor e dramaturgo com temas e...* (1º parágrafo)

O verbo que, no contexto, exige o mesmo tipo de complemento que o grifado na frase acima está empregado em:

(A) *O caldo cultural do Nordeste (...) foi primordial na formação do paraibano Ariano Suassuna.*
 (B) *...levar o teatro ao povo por meio de apresentações...*
 (C) *...que remonta aos autos medievais...*
 (D) *...existe na cultura popular a noção de que a história...*
 (E) *...surgiu no Nordeste a chamada literatura de cordel.*

8. Considerando-se o contexto, a palavra **que** no segmento

(A) *... que remonta aos autos medievais...* (5º parágrafo) é um pronome com a função de objeto indireto.
 (B) *As atividades que o grupo desenvolveu...* (2º parágrafo) é uma conjunção que equivale a “conforme”.
 (C) *... temas e formas de expressão artística que mais tarde viriam a influenciar...* (1º parágrafo) é uma conjunção que introduz o predicativo do sujeito.
 (D) *... mais diretamente a inúmeros autores populares que se dedicaram ao gênero do cordel.* (5º parágrafo) é um pronome com a função de sujeito.
 (E) *... e costuma dizer que boa parte da obra de Shakespeare...* (6º parágrafo) é um pronome que introduz um objeto direto.

Atenção: Para responder às questões de números 9 e 10, considere o poema abaixo.

*Foi bem saber-se que o Sertão
 não só fala a língua do não
 (...)
 Os escritores que do Brejo,
 ou que da Mata, têm o sestro
 de só dar a vê-lo no pouco,
 no quando em que o vê, sertão-osso.
 Para o litoral, o esqueleto
 é o ser, o estilo sertanejo,
 que pode dar uma estrutura
 ao discurso que se discursa.
 Tu, que conviveste o Sertão
 quando no sim esquece o não,
 e sabes seu viver ambíguo,
 vestido de sola e de mitos,
 a quem só o vê retirante,
 vazio do que nele é cante,
 nos deste a ver que nele o homem
 não é só capaz de sede e fome.
 Sertanejo, nos explicaste
 como gente à beira do quase,
 que habita caatingas sem mel,
 cria os romances de cordel:
 o espaço mágico e o feérico,
 sem o imediato e o famélico,
 fantástico espaço suassuna,
 que ensina que o deserto funda*
 (Trecho de: **A pedra do reino**. NETO, João Cabral de Melo)

9. No poema, reforça-se a ideia de que, por meio da obra de Suassuna, fica demonstrado que há um vigoroso caldo cultural no sertão nordestino. Tal ideia se encontra no verso que está em:

(A) *Tu, que conviveste o Sertão*
 (B) *que ensina que o deserto funda*
 (C) *vazio do que nele é cante*
 (D) *que habita caatingas sem mel*
 (E) *a quem só o vê retirante*



10. Sem prejuízo do sentido original, substitui-se corretamente, no poema,

- (A) o *sestro* por a mania.
- (B) o *féérico* por o humilde.
- (C) o *famélico* por o famigerado.
- (D) *fantástico* por legítimo.
- (E) *caatingas* por brenhas.

Noções de Direito Administrativo

11. O Tribunal Regional do Trabalho pretende modernizar seus processos de trabalho, ampliando o processamento eletrônico de várias etapas e instituindo uma solução integrada de informática. Necessita, ainda, adquirir uma significativa quantidade de computadores com tecnologia e capacidade de processamento compatíveis com a solução a ser adotada. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a autoridade competente

- (A) poderá adquirir os computadores com inexigibilidade de licitação, optando, desde que justificadamente, por marca de sua preferência.
- (B) poderá contratar, conjuntamente, o desenvolvimento da solução de informática e a aquisição dos computadores, com dispensa de licitação, se comprovar a economicidade da contratação.
- (C) deverá realizar pré-qualificação das empresas prestadoras de serviço e fornecedoras de equipamentos, para fins de escolha das propostas mais vantajosas.
- (D) poderá contratar a aquisição dos computadores com inexigibilidade de licitação, se comprovar que somente podem ser fornecidos por representante comercial exclusivo.
- (E) poderá contratar os serviços e fornecimentos com inexigibilidade de licitação, desde que comprove que os mesmos não possuem natureza comum.

12. Determinado órgão do Poder Judiciário contratou, mediante prévio procedimento licitatório, a prestação de serviços de vigilância, pelo prazo de 12 meses. O edital de licitação e o respectivo contrato previram a prorrogação do prazo originalmente estabelecido para a prestação dos serviços em questão. Referida previsão, à luz das disposições da Lei nº 8.666/93,

- (A) possibilita a prorrogação por períodos iguais e sucessivos, limitada a 60 meses e, em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, por mais 12 meses.
- (B) obriga o contratado a anuir com a prorrogação, por igual período, salvo comprovada impossibilidade de manutenção das condições originalmente pactuadas.
- (C) condiciona-se à anuência do contratado e à comprovação de economicidade da prorrogação, observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses.
- (D) possibilita, apenas, uma prorrogação, por igual período, eis que se trata de serviço de natureza contínua, condicionada à anuência do contratado.
- (E) viola as disposições legais que atrelam a contratação à vigência dos créditos orçamentários, sendo possível, contudo, a prorrogação mediante aditamento contratual, observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

13. Ana, servidora pública federal, titular de cargo efetivo e investida da função de chefia de determinada repartição pública, recusou-se a assinar certidão de contagem de tempo de serviço solicitada por servidor público em face de desavenças pessoais com o requerente, recusando fé a referido documento público. De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos federais, Ana sujeita-se à penalidade de

- (A) advertência, cabendo suspensão no caso de reincidência.
- (B) suspensão, cabendo demissão no caso de reincidência.
- (C) demissão.
- (D) cassação da função de chefia, cabendo demissão no caso de reincidência.
- (E) suspensão, conversível em multa.



<p>14. A respeito dos atos administrativos, considere:</p> <p>I. Apenas os atos discricionários são passíveis de revogação, mantidos os efeitos anteriormente produzidos.</p> <p>II. Os atos vinculados, quando eivados de vício de competência são passíveis de convalidação, salvo em matérias de competência exclusiva.</p> <p>III. Os atos vinculados podem ser anulados, retroagindo a anulação à data da edição do ato, ou revogados, com efeitos a partir da revogação.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) II.</p>	<p>17. O Ciclo PDCA inclui as seguintes etapas sequenciais:</p> <p>(A) diagnóstico; definição de metas; monitoramento; avaliação.</p> <p>(B) planejamento; execução; controle/verificação; ação avaliativa/corretiva.</p> <p>(C) priorização; definição de objetivos, capacitação; ação avaliativa/corretiva.</p> <p>(D) planejamento; desenvolvimento; capacitação; avaliação.</p> <p>(E) programação; direcionamento; controle/verificação; avaliação de resultados.</p>
<p>15. Determinado Tribunal pretende contratar consultoria especializada para desenvolver indicadores de desempenho e aplicar programa de desenvolvimento de competências gerenciais voltado a seu quadro de pessoal. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, o procedimento licitatório para a contratação em questão</p> <p>(A) deverá se dar na modalidade pregão.</p> <p>(B) deverá ser do tipo melhor técnica, que é o procedimento obrigatório para a contratação de serviços técnico especializados.</p> <p>(C) poderá ser na modalidade convite, independentemente do valor.</p> <p>(D) será, obrigatoriamente, na modalidade concorrência, independentemente do valor.</p> <p>(E) poderá ser do tipo técnica e preço, em se tratando de atividade predominantemente intelectual.</p>	<p>18. O <i>Project Management Institute</i> – PMI tornou-se referência como uma das principais associações profissionais em gerenciamento de projetos. O PMBOK é uma das principais publicações do instituto e envolve nove áreas do conhecimento, dentre as quais,</p> <p>(A) a pesquisa de satisfação do cliente.</p> <p>(B) a certificação de qualidade.</p> <p>(C) as ferramentas de auditoria.</p> <p>(D) o gerenciamento de escopo.</p> <p>(E) o mapeamento estratégico.</p>
<p>16. O <i>Balanced Scorecard</i> – BSC, cujos mentores são Robert Kaplan e David Norton, é</p> <p>(A) um sistema de avaliação de desempenho organizacional que contempla apenas indicadores financeiros.</p> <p>(B) um mecanismo para formulação da estratégia da instituição voltado à missão de futuro e visão de longo prazo.</p> <p>(C) um modelo de gestão estratégica que alinha missão, visão e estratégias a um conjunto de indicadores financeiros e não financeiros.</p> <p>(D) uma metodologia para avaliação e desenvolvimento de competências individuais orientada pelo denominado mapa estratégico.</p> <p>(E) uma metodologia de avaliação de desempenho organizacional e não individual, baseada em guias operacionais.</p>	<p>19. De acordo com as disposições contidas na Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário,</p> <p>(A) os Tribunais deverão elaborar seus respectivos planejamentos estratégicos, com abrangência, mínima, de 2(dois) anos.</p> <p>(B) são estabelecidos os objetivos estratégicos do Poder Judiciário, entre os quais se inserem imparcialidade e celeridade.</p> <p>(C) o Plano Estratégico Nacional fixa, para os Tribunais, as metas de curto, médio e longo prazo.</p> <p>(D) constitui missão do Poder Judiciário, fixada no Plano Estratégico Nacional, ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça e equidade.</p> <p>(E) os planejamentos estratégicos dos Tribunais deverão conter, pelo menos, um indicador de resultado para cada objetivo estratégico.</p> <p>20. Considere que a implementação de uma ação governamental foi concluída no prazo estabelecido, com custos reduzidos e de acordo com o escopo idealizado, porém não foi considerada pela sociedade como promotora dos benefícios esperados. Essa ação foi</p> <p>(A) eficaz, porém não eficiente.</p> <p>(B) efetiva, porém não eficaz.</p> <p>(C) eficiente, porém não efetiva.</p> <p>(D) efetiva, porém não eficiente.</p> <p>(E) econômica, porém não eficiente.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Ao contrário das bibliotecas e museus, cujo acervo é formado, via de regra, por compra, doação ou permuta de fontes múltiplas, nos arquivos o acervo é resultado de processo de
- (A) apropriação.
(B) coleção.
(C) delegação.
(D) acumulação.
(E) construção.
22. Costuma-se afirmar que o material existente nas bibliotecas e museus tem estatuto documental atribuído. Em contraposição, os que integram os arquivos teriam estatuto documental
- (A) autêntico.
(B) congênito.
(C) forjado.
(D) antinatural.
(E) ideológico.
23. Consideram-se estáticos os documentos digitais que
- (A) permitem alteração apenas de forma, por meio de regras fixas.
(B) permitem alteração de forma e conteúdo, por meio de regras fixas.
(C) permitem alteração apenas de forma, por meio de regras variáveis.
(D) permitem alteração apenas de conteúdo, por meio de regras fixas.
(E) não permitem alteração na forma e no conteúdo, além das determinadas pela tecnologia.
24. De acordo com o e-ARQ Brasil (Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos), é possível estabelecer o *status* do documento digital, indicando tratar-se de minuta, original ou cópia. A esse controle de versões corresponde o conceito arquivístico de
- (A) proveniência.
(B) fundo.
(C) forma.
(D) espécie.
(E) suporte.
25. De acordo com o grau de concentração das informações, Schellenberg classifica os documentos em
- (A) intensivos e extensivos.
(B) simples e múltiplos.
(C) unitários e processuais.
(D) singulares e plurais.
(E) temporários e duradouros.
26. A qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados corresponde, de acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ao conceito de
- (A) primariedade.
(B) integridade.
(C) autenticidade.
(D) disponibilidade.
(E) confiabilidade.
27. A Recomendação nº 46, de 17 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, estabelece, entre outras, as seguintes medidas:
- I. É facultada aos magistrados, em relação aos processos em que tenham atuado, bem como às entidades de caráter histórico, cultural e universitário, a apresentação às Comissões Permanentes de Avaliação Documental de proposta fundamentada de guarda definitiva de processo.
- II. Será preservada uma amostra estatística representativa do universo dos documentos dos autos judiciais findos destinados à eliminação.
- III. O tratamento, a descrição e a divulgação do acervo deverão atender aos critérios de respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, bem como às liberdades e às garantias individuais.
- Está correto o que consta em
- (A) II e III, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) I, II e III.
(E) I, apenas.
28. No caso de indeferimento de acesso a informações, os órgãos do Poder Judiciário têm como instância recursal
- (A) o Conselho Nacional de Arquivos.
(B) a Controladoria Geral da União.
(C) o Supremo Tribunal Federal.
(D) o Ministério da Justiça.
(E) o Conselho Nacional de Justiça.
29. Segundo o MoReq-Jus (Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário Brasileiro), as ações de protocolo, autuação, classificação, indexação, atribuição de restrição de acesso e arquivamento estão todas compreendidas no conceito de
- (A) captura.
(B) gestão.
(C) tratamento.
(D) análise.
(E) administração.
30. A sequência de verbetes relativos às diferentes séries de um fundo (no todo ou em parte) constitui, segundo Heloísa Bellotto, a principal característica
- (A) da edição crítica de fontes.
(B) do inventário.
(C) do catálogo.
(D) do guia.
(E) do catálogo seletivo.



Atenção: Para responder às questões de números 31 a 34, considere o quadro abaixo, extraído do Código de Classificação de Documentos aprovado pela Presidência do Tribunal Superior do Trabalho em 14 de maio de 2013.

50	GESTÃO DA INFORMAÇÃO
51	REGULAMENTAÇÃO DE ATIVIDADES
51.1	Planos, programas e projetos de trabalho para organizar as atividades de gestão da informação
51.2	Normas, regulamentações, diretrizes, procedimentos, estudos e/ou decisões referentes à gestão da informação
51.3	Procedimento de descarte de documentos e processos
51.4	Comissão do programa de gestão documental
52	ARQUIVO
52.1	ATENDIMENTO AO USUÁRIO
52.1.1	Ficha ou guia de controle de empréstimo de processos e documentos administrativos
52.1.2	Ficha ou guia de devolução de processos e documentos administrativos
52.1.3	Solicitação de publicações por empréstimo
52.1.4	Requisição de desarquivamento de documentos e processos administrativos
52.1.5	Solicitação de juntada e desapensação de documentos e processos administrativos
52.1.6	Livro de protocolo para controlar entrada e saída de documentos e processos em tramitação entre os setores
52.1.7	Relação de destinatários / recebimento de documentos
52.1.8	Controle de reprodução de documentos de arquivo
52.2	DESTINAÇÃO DE DOCUMENTOS
52.2.1	Análise, avaliação e seleção documental
52.2.2	Tabela de temporalidade
52.2.3	Termos, listagens e editais de ciência e eliminação de documentos
52.2.4	Guias de transferência ao Arquivo Central
52.2.5	Encaminhamento de serviço para microfilmagem ou digitalização
52.2.6	Controle de microfilmagem ou de digitalização
52.2.7	Ficha de diagnóstico de acervo para conservação
52.2.8	Solicitação de desinfestação ou higienização de documentos
52.2.9	Armazenamento / depósitos
52.2.10	Identificação / registro de material arquivístico
52.2.11	Classificação ou arquivamento de material arquivístico
52.2.12	Empréstimo e intercâmbio de material arquivístico
52.2.13	Doação
52.2.14	Certificado de doação de peças museológicas
52.2.15	Acervo de áudio, vídeo, dados e imagem
52.2.16	Fotos, negativos, contatos e diapositivos
52.2.17	Solicitação de encadernação ou de restauro de documentos
52.2.18	Processo de encadernação ou de restauro de documentos
52.2.19	Exposição permanente / temporária
52.2.20	Editoração cultural
52.2.21	Ações socioeducativas
52.2.22	Ações interativas
52.3	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
52.3.1	Relatório de acompanhamento de assistência técnica
52.3.2	Consultoria arquivística
52.4	CONTROLE DE DOCUMENTOS
52.4.1	Planos, projetos e diagnósticos da documentação arquivística
52.4.2	Política de acesso aos documentos
52.4.3	Controle terminológico
52.4.4	Certidões e declarações produzidas pela unidade de gestão documental
52.4.5	Documentos digitais
52.4.6	Código de classificação de documentos
52.4.7	Pedidos, oferecimentos e informações diversas

31. Em seus estudos sobre o tema, Renato Tarciso Barbosa de Sousa adverte para a necessidade de manter inalterado o critério que fundamenta as divisões de um mesmo nível de classificação. Alheio a tal preceito, o Código coloca no mesmo plano tipos documentais, funções e unidades administrativas, a exemplo do que ocorre em

- (A) 52.4.1, 52.4.2 e 52.4.3.
- (B) 52.2.9, 52.2.10 e 52.2.11.
- (C) 51.1, 51.3 e 51.4.
- (D) 52.1.6, 52.2.7 e 52.4.4.
- (E) 52.1, 52.2 e 52.3.



<p>32. Se as divisões devem exaurir a totalidade do domínio ou extensão de cada nível de classificação, os códigos ne-gritados correspondentes às funções do Arquivo teriam que ser complementados, a rigor, com as que aparecem registradas, entre outros, nos códigos</p> <p>(A) 52.2.3, 52.2.4 e 52.2.7. (B) 52.2.9, 52.2.11 e 52.2.21. (C) 52.2.14, 52.4.4 e 52.1.2. (D) 52.4.7, 52.4.6 e 52.2.1. (E) 52.2.22, 52.3.1 e 52.4.1.</p>	<p>37. Helen Samuels propôs uma modalidade de avaliação em que, a partir de abordagem funcional, alheia aos próprios documentos produzidos, se procuraria mapear as atividades que pudessem efetivamente representar a instituição como um todo. Tal abordagem é conhecida como</p> <p>(A) avaliação potencial. (B) método indireto. (C) estratégia da documentação. (D) técnica de mapeamento. (E) seleção representativa.</p>
<p>33. Os elementos mencionados no código 52.2.15, para os quais a tabela de temporalidade propõe guarda permanente, não parecem um desdobramento lógico da classe (52.2) a que estão subordinados. Tudo leva a crer que se trata de documentos que, resultantes de outras atividades, ficam agrupados por critério de</p> <p>(A) gênero. (B) formato. (C) suporte. (D) proveniência. (E) espécie.</p>	<p>38. Para Terry Cook, o mais importante no processo de avaliação não é o documento, mas o contexto funcional em que é produzido. Tal contexto não se limita à unidade administrativa de origem, mas remete ao ambiente cultural e social complexo em que a própria instituição está mergulhada. É o que o autor chama de</p> <p>(A) seleção multinível. (B) avaliação histórica. (C) avaliação interdisciplinar. (D) macroavaliação. (E) método genético.</p>
<p>34. Ao contrário das declarações, as certidões mencionadas no código 52.4.4 emanam de funcionários de fé pública e são documentos</p> <p>(A) testemunhais. (B) pactuais. (C) de correspondência. (D) normativos. (E) opinativos.</p>	<p>39. O <i>Manual de gestão documental da Justiça do Trabalho</i> (Brasília, 2011) discorre sobre critérios para baixa definitiva de autos e contagem do prazo de guarda, propondo:</p> <p>I. Os autos dos processos com decisões transitadas em julgado serão definitivamente arquivados quando satisfeitos todos os requisitos constantes da Lista de Verificação para Baixa Definitiva de Autos.</p> <p>II. O prazo mínimo de guarda dos autos dos processos judiciais com trânsito em julgado, registrado na Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada da Justiça do Trabalho – TTDU-JT, conta-se a partir da data do arquivamento definitivo.</p> <p>III. Transcorrido o prazo de guarda, a destinação de cada documento ou de autos de processo poderá ser alterada pela comissão de avaliação documental, com base em eventuais fatos supervenientes.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) I e II, apenas. (B) I, II e III. (C) I e III, apenas. (D) II e III, apenas. (E) I, apenas.</p>
<p>35. À lista autorizada de termos, elaborada de acordo com regras terminológicas próprias e constituída de descritores e não-descritores ligados entre si por relações semânticas (hierárquicas, associativas e de equivalência), dá-se o nome de</p> <p>(A) dicionário. (B) índice. (C) vocabulário controlado. (D) glossário. (E) tesauro.</p>	<p>40. Na partição diplomática, o nome e os títulos da autoridade da qual emana o documento constituem a</p> <p>(A) titulação (<i>titulatio</i>). (B) invocação (<i>invocatio</i>). (C) direção (<i>inscriptio</i>). (D) saudação (<i>salutatio</i>). (E) notificação (<i>notificatio</i>).</p>
<p>36. Em seus estudos pioneiros sobre avaliação, Schellenberg estabeleceu uma dicotomia entre a qualidade inerente às razões de criação dos documentos de arquivo e aquela que pode possuir para além desse contexto inicial, formulando os conceitos de</p> <p>(A) autenticidade e veracidade. (B) arranjo e descrição. (C) transferência e recolhimento. (D) proveniência e procedência. (E) valor primário e valor secundário.</p>	



<p>41. No âmbito da uniformização da jurisprudência, a condenação das decisões tomadas por um tribunal a respeito de determinada matéria é conhecida como</p> <p>(A) súmula. (B) parecer. (C) memorando. (D) exposição de motivos. (E) balanço.</p>	<p>47. A orientação dos usuários quanto aos documentos de seu interesse, aos instrumentos de pesquisa disponíveis e às condições de acesso ao acervo é responsabilidade, nas instituições arquivísticas,</p> <p>(A) do serviço educativo. (B) do serviço de referência. (C) da biblioteca de apoio. (D) do setor de protocolo. (E) do setor de expediente.</p>
<p>42. Fundado no direito da pessoa, o pedido escrito dirigido ao juiz configura, como espécie documental,</p> <p>(A) uma proposta. (B) uma proposição. (C) um prospecto. (D) uma petição. (E) um recurso.</p>	<p>48. Quando processos e dossiês contêm documentos digitais e não digitais recebem o atributo de</p> <p>(A) compostos. (B) híbridos. (C) múltiplos. (D) mistos. (E) ecléticos.</p>
<p>43. Uma ordem expedida por autoridade judicial ou administrativa para que se realize determinada diligência ou medida é chamada de</p> <p>(A) notificação. (B) mandado. (C) edital. (D) aviso. (E) citação.</p>	<p>49. A qualidade que assegura a um documento digital a mesma aparência ou apresentação todas as vezes em que é recuperado recebe, segundo as <i>Diretrizes do produtor</i> adotadas pelo Conselho Nacional de Arquivos, em 2013, o nome de</p> <p>(A) forma fixa. (B) fixidez. (C) conteúdo estável. (D) variabilidade limitada. (E) máscara.</p>
<p>44. O resumo das disposições de um ato normativo ou dos princípios expostos em sentenças e acórdãos é chamado de</p> <p>(A) despacho. (B) mensagem. (C) pauta. (D) programa. (E) ementa.</p>	<p>50. Ao conjunto de técnicas que permitem reproduzir um documento convencionou-se denominar</p> <p>(A) copidesque. (B) policromia. (C) multimídia. (D) <i>replay</i>. (E) reprografia.</p>
<p>45. Os instrumentos jurídicos que se interpõem contra a sentença, para que se esclareçam obscuridades, ambiguidades, contradições ou omissões, formam</p> <p>(A) as medidas cautelares. (B) os precatórios. (C) as ações rescisórias. (D) os mandados de injunção. (E) os embargos de declaração.</p>	<p>51. Em microfilmagem de preservação, o grau de redução não deve ser maior que</p> <p>(A) 16 X. (B) 20 X. (C) 14 X. (D) 18 X. (E) 25 X.</p>
<p>46. A Assessoria de Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região tomou a iniciativa de publicar, em seu portal, um glossário de termos jurídicos, com a finalidade de permitir aos cidadãos "a compreensão total das decisões judiciais". A esse serviço de natureza educativa deu o nome de</p> <p>(A) <i>Tirando dúvidas</i>. (B) <i>ABC da Justiça do Trabalho</i>. (C) <i>Vade mecum jurídico</i>. (D) <i>Cartilha eletrônica</i>. (E) <i>Você sabia?</i></p>	<p>52. O uso de padrões amplamente disponíveis é uma das estratégias de preservação de documentos digitais, como recomenda o Conselho Nacional de Arquivos. Constituem exemplos de padrão <i>de jure</i> e padrão <i>de facto</i>, respectivamente,</p> <p>(A) PDF/A e DOC. (B) ZIP e ODF. (C) TIFF e ABNT. (D) PDF e ISO. (E) JPEG e CEN.</p>



53. No primeiro nível das classes processuais figuram, entre outras categorias,
- (A) Superior Tribunal de Justiça e Inquérito.
 - (B) Processo Militar e Auto de prisão em flagrante.
 - (C) Processo Cível e do Trabalho e Processo Criminal.
 - (D) Cumprimento de sentença e Supremo Tribunal Federal.
 - (E) Juizados da Infância e da Juventude e Embargos de Declaração.
-
54. No primeiro nível da tabela de assuntos processuais, correspondentes às diferentes áreas do Direito, figuram, entre outras categorias,
- (A) Jornada de Trabalho e Direito Civil.
 - (B) Direito do Trabalho e Direito Eleitoral.
 - (C) Direito do Consumidor e Dano Ambiental.
 - (D) Anistia Política e Direito Marítimo.
 - (E) Direito Penal e Conflito Fundiário.
-
55. A tabela de movimentação processual apresenta, no primeiro nível, as categorias “magistrado” e “serventuário”, abaixo das quais se identificam suas respectivas atribuições funcionais. Com relação aos magistrados, o sistema prevê três subcategorias, que são:
- (A) remessa, publicação e distribuição.
 - (B) recebimento, guarda intermediária e guarda permanente.
 - (C) expedição de documento, juntada e desapensamento.
 - (D) decisão, despacho e julgamento.
 - (E) redistribuição, baixa definitiva e juntada.
-
56. O *Hard Disk* – HD e o disco óptico pertencem, respectivamente, às categorias de
- (A) memória primária e memória terciária.
 - (B) memória primária e memória secundária.
 - (C) memória terciária e memória secundária.
 - (D) memória secundária e memória primária.
 - (E) memória secundária e memória terciária.
-
57. Os arquivos sofrem com a corrosão de metais, com a atividade dos sais em pedras, cerâmicas e vidros, com a decomposição da celulose e do material proteico, com a descoloração, com a migração de impurezas e com manchas nos materiais orgânicos. Tais manifestações químicas, aliadas ao crescimento de fungos, são consequências de ambientes
- (A) com baixa temperatura.
 - (B) poluídos.
 - (C) muito úmidos.
 - (D) ventilados.
 - (E) expostos à luz solar.
-
58. Dentre os equipamentos importantes para a higienização dos documentos e a remoção de partículas sólidas, recomenda-se
- (A) o termoigrômetro.
 - (B) a máquina obturadora de papel.
 - (C) o negatoscópio.
 - (D) a mesa de sucção.
 - (E) o deionizador.
-
59. A fim de estimular a pesquisa acadêmica, mediante repasse de antigos processos trabalhistas, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região firmou convênio, em 2012, com
- (A) a Academia Paraibana de Letras.
 - (B) o Instituto Federal da Paraíba.
 - (C) a Universidade Federal de Campina Grande.
 - (D) o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.
 - (E) a Universidade Federal de Pernambuco.
-
60. De acordo com Luciana Duranti e Ken Thibodeau, os documentos tanto permitem lembrar o que foi feito quanto o que deverá ser feito. Tais funções de caráter memorial dos documentos de arquivo são qualificadas pelos autores, respectivamente, como
- (A) retrospectiva e prospectiva.
 - (B) pretérita e condicional.
 - (C) certa e incerta.
 - (D) passada e futura.
 - (E) próxima e remota.



DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção:

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação, na Folha Definitiva, que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação.

As leis são tão antigas, séculos já trabalharam em sua interpretação, inclusive essa interpretação já deve ter-se tornado lei. Além disso, a aristocracia não tem, evidentemente, nenhuma razão para se deixar influenciar na interpretação em nosso desfavor por seu interesse pessoal, pois, afinal, as leis foram fixadas desde o início a favor da aristocracia, a aristocracia está acima da lei e, justamente por isso, a lei parece ter-se colocado exclusivamente nas mãos da aristocracia. Nisso reside naturalmente sabedoria – quem duvida da sabedoria das antigas leis? –, mas igualmente também tormento para nós.

(Adaptado de: KAFKA, F. "Sobre a questão das leis". In: Nas Galerias. São Paulo, Estação Liberdade, 1989. p. 93.)

Comprovar o valor do mais célebre de todos os remédios, chamado moral, exigiria, antes de tudo, pô-lo em causa.

(Adaptado de: NIETZSCHE, F. **A Gaia Ciência**. Lisboa, Relógio d'Água, § 345)

Com base nos textos acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo a respeito do **diálogo entre o Direito e a moral**. Justifique seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	